

O Pensamento Católico à Procura de Lugar na Primeira República Brasileira

André Silvério da Cruz

Universidade Federal de Uberlândia

Mestre em Educação Brasileira

Andrecruz7@gmail.com

GP: Igreja Católica no Brasil

Introdução

Este artigo tem por objetivo traçar um estudo analítico sobre a formação do pensamento católico e sua efetiva abrangência na formação cultural da sociedade brasileira. O recorte historiográfico está no contexto dos finais do século XIX até aproximadamente às três primeiras décadas da Primeira República.

Na primeira parte do trabalho, será analisada a revitalização do catolicismo brasileiro que, no seu projeto de sair do regalismo do Período Imperial, começou a afirmar sua autonomia tendo por base o ultramontanismo. Dessa situação, surgiu no país o tradicionalismo como nova reestruturação do pensamento católico que terá ações efetivas de afirmação por parte do clero brasileiro e sua intervenção na vida cultural.

Na segunda parte de nossa reflexão, serão demonstrados, os aspectos políticos e sociais da passagem do Império para a Primeira República. A partir dessa perspectiva é que será analisada a renovação do pensamento católico num ambiente em que transitam as idéias positivistas, liberais e cientificistas, e que, à primeira vista, torna-se um lugar inóspito para as idéias filosóficas e teológicas cristãs do catolicismo.

É importante ressaltar as mudanças ocorridas na Igreja romana, promovidas pelo papa Leão XIII que começou a tirá-la do isolamento a que fora submetida por Pio IX. Os ecos dessas atitudes ressoaram no Brasil por meio de duas personalidades do clero que estarão à frente do movimento católico renovador: o padre Júlio Maria e D. Sebastião Leme. Estes despertarão o catolicismo brasileiro da sonolência, da apatia, do fanatismo, da alienação e do elitismo em que vivia e vão lançá-lo à conquista de novos espaços sociais para atuar, anunciando uma nova práxis de Cristianismo.

A linha de renovação do pensamento católico recebeu a contribuição de uma corrente de intelectuais, muitos, que inclusive se converteram. Tiveram um papel atuante na divulgação da doutrina e no projeto de construção de uma cultura católica, ora com inovações, e bem mais com posições conservadoras, como será demonstrado na nossa análise.

1. O pensamento católico e sua revitalização no século XIX

1.1 Ultramontanismo romano e influências no Brasil

O pensamento católico no Brasil teve o seu revigoramento no século XIX com o ultramontanismo romano, movimento conservador da Igreja, ocorrendo no centro de sua instituição. Entenda-se por Ultramontano aquele que segue a orientação de Roma, do papa; Roma está no *ultramontes*, *além dos montes*, nos Alpes. Esse movimento configurou-se em meados do século XIX, nasceu de raízes conservadoras; sob o impacto das revoluções liberais européias e o desenvolvimento filosófico e científico que agitaram Roma e o trono pontifício. Esse catolicismo foi marcado pelo centralismo institucional e por um fechamento da Igreja sobre si mesma, recusando o contato com o mundo moderno. A reação buscou a consolidação doutrinária teológica em torno de alguns anátemas: condenação do capitalismo e da ordem burguesa, rejeição da Filosofia, das Ciências e das artes modernas, aversão aos princípios liberais e democráticos e, sobretudo ao socialismo.¹

Fundamentado na ortodoxia tridentina e no pensamento aristotélico-tomista, conscientes de que essa orientação doutrinária constituía a força e manutenção da unidade católica, os pontífices romanos - desde Gregório XVI a Pio XII - não mediram esforços para que esta consolidação ocorresse em todos os espaços onde estava a Igreja. A expressão doutrinária explícita dessa concepção religiosa foi a Encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus*, nas quais era retomada a luta pela hegemonia da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil. De acordo com esses documentos, a sociedade deveria impregnar-se de catolicismo; a educação seria submetida à Igreja e o clero estaria fora da jurisdição do Estado.²

A partir da segunda metade do século XIX, o modelo ultramontano começou a ser implantado no Brasil, anterior a esse período, desde a época colonial, a Igreja no Brasil já havia sido sujeita ao padroado. Segundo Lara, essa situação era uma anomalia na Igreja Católica, pois, desde o “Concílio de Trento, a Igreja primou-se pelo modelo institucionalista eclesiástico distinto das instituições do Estado; todavia, no Brasil, essa situação inexistia”.³

Nesse contexto surgiram vozes em oposição à situação da Igreja no país. As hierarquias eclesiais brasileiras, tendo como liderança inicial D. Romualdo Antônio de Seixas encetaram grandes esforços para moldar a Igreja apoiada em Roma e nos ventos do ultramontanismo, com o intuito de fugir ao controle do Estado.

¹ KÜNG, H. *A Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

² PIO IX, Papa. *Encíclica Quanta Cura - Syllabus*. 8 dez. 1864. In: Hoyos, Frederico (Coord). *Colectión Completa Encíclicas Pontificias (1832-1965)*. Buenos Aires: Editorial Guadalupe, 1963. p.115.

³ LARA, T. A. *Caminhos da razão no ocidente: a filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias*. 3º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

1.2 O Tradicionalismo: confrontos de idéias no espaço cultural

Embora o ultramontanismo e o tradicionalismo sejam semelhantes e próximos sob vários pontos de vista, é sabido que o primeiro é um movimento que diz respeito à vida da Igreja como instituição, já o tradicionalismo caracteriza-se como uma corrente de pensamento que propugna a tradição como fator determinante dos valores humanos.

O tradicionalismo era uma contestação ao ideário liberal racionalista, individualista e materialista moderno. Esse movimento conservador, surgido na Europa, correspondeu à reação contra a Revolução Francesa, estruturando-se como corrente política, jurídica, filosófica e teológica, tendo como representantes, na primeira fase de sua doutrina, os católicos Joseph De Maistre, Louis De Bonald e Lammenais.⁴ Assim, o tradicionalismo é entendido como um projeto social global no qual a religião ocupa o primeiro lugar, opondo-se à sociedade liberal e laica e a qualquer projeto moderno de organização social e política.

Antônio Paim considera como o principal articulador do tradicionalismo no país no século XIX, no campo das idéias, D. Romualdo Antônio de Seixas, que se tornou primaz no Brasil entre 1827 e 1842, natural do Pará, onde iniciou seus estudos, completando-os na ordem do Oratório em Lisboa. Quando retornou ao Brasil, foi professor de Retórica e Filosofia, tendo suas *Obras Completas* publicadas em seis volumes. D. Romualdo foi o primeiro a combater a Filosofia eclética de Victor Cousin, doutrina espiritualista que tinha aportado no país e que por aqui estava se afirmando com determinadas singularidades em relação ao seu lugar de origem, a França.

D. Romualdo advertia a mocidade para que esta “esteja de sobreaviso, e não se deixe iludir das quiméricas especulações de um sistema que, (...) vai naufragar-se e perder-se nos últimos limites de um idealismo exagerado, (...) em uma filosofia de pura abstração, que diviniza o nada e reduz o Cristianismo e a vida a uma vã fantasmagoria.”⁵ D. Romualdo valorizava o papel da mente humana, da razão e dos sentidos para a descoberta de verdades fundamentais, prevalecendo, portanto, a importância da fé, revelada na sua filosofia.

D. Romualdo fundou o semanário *Noticiador Católico*, jornal que circulou de 1848 a 1860, para combater as idéias contrárias ao catolicismo e patrocinou em 1852 a edição do compêndio de Frei Itaparica.⁶ Esse manual de Filosofia foi adotado e utilizado nas escolas secundárias e superiores de ensino da Bahia, enquanto no Sudeste, O Colégio Pedro II, escola

⁴ PAIM, A. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. 2ªed. ver/ampl. São Paulo: Editora Convívio, 1985.

⁵ Idem, p. 59.

⁶ Idem, *Ibidem*.

modelo de ensino secundário e outras escolas, desde a reforma de 1856 tinham adotado o livro de Barbe, *Cours élémentaire de Philosophie*, de influência espiritualista eclética.⁷

Os levantamentos de que se tem notícia revelam não só a existência da meditação filosófica nas instituições religiosas, mas também a sua transmissão nas escolas e no ensino daquilo que é filosoficamente produzido, como é o caso da obra de Frei Itaparica e de outros mais. O que era produzido tinha um sentido muito claro, confirmar a identidade católica que tinha uma hegemonia histórica na educação desde os primórdios de formação da cultura luso-brasileira. Além de D. Romualdo Antônio de Seixas, outros nomes estão filiados ao tradicionalismo: José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú (1756-1835), e Frei Firmino de Centelhas (1819-1887), que publica em 1864 o *Compêndio de Filosofia Católico-Racional*, sendo professor do Seminário Diocesano.

José Maria Correia de Sá e Benevides publicou em 1887 a *Filosofia Elementar do Direito Público Interno, Temporal e Universal*. Como professor, ministrava aulas na faculdade de Direito de São Paulo. Nesta obra, coexiste uma mistura de escolástica com Krausismo, a serviço da defesa de uma sociedade teocrática, do combate ao Liberalismo e o “contumaz positivismo”. Benevides posicionava-se contra o voto universal e a emancipação da mulher, defendendo uma sociedade patriarcal.⁸

2. A Escola Católica na passagem do Império a Primeira República

2.1 A formação da Primeira República

Os primeiros passos da marcha em direção à República foram dados em 3 de dezembro de 1870, quando começou a circular no Rio de Janeiro um novo jornal “A República”, trazendo na primeira página um “Manifesto Republicano”. O documento resgatava as lutas republicanas anteriores fazia duras críticas à monarquia e defendia a implantação da República. Em 1873, na cidade de Itu, foi criado o Partido Republicano de São Paulo, um movimento de maior ressonância que revelava a força econômica do café e a irradiação política promovida por professores e estudantes da Faculdade de Direito que fizeram a difusão do republicanismo por toda a província.⁹

O movimento não só se espalhou pelo país como também revelou sérias divergências de caráter político ideológico, conjuntamente com os interesses de segmentos econômicos

⁷ VECHIA, A. & LORENZ, K. M. Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

⁸ MACEDO, U. B. de. *O pensamento católico no Segundo Reinado*. In: Crippa, A. *As idéias filosóficas no Brasil: Século XVIII-XIX*. São Paulo: Editora Convívio, 1978.

⁹ IGLÉSIAS, F. *Trajetória política do Brasil, 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

majoritários. A elite cafeeira, em nome do republicanismo, do abolicionismo e da democracia, foi buscar apoio nas camadas médias urbanas representadas pelos intelectuais, funcionários públicos, profissionais liberais, pequenos e médios comerciantes, artesãos, assalariados, e os militares positivistas, assim, no dia 15 de novembro de 1889, proclamaram a República.¹⁰

Em 15 de novembro de 1890, foi instalado no Rio de Janeiro o Congresso Constituinte. A carta constitucional foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891 com 91 artigos. Tinha como pontos principais o regime federativo presidencialista; divisão e independência dos três poderes; voto universal masculino não-secreto; igualdade jurídica dos cidadãos; o Decreto 119-A de 7 instituiu a separação entre Igreja e Estado; e a laicização do ensino público. Era uma constituição de caráter liberal-democrática, que se identificava muito mais com o grupo dos republicanos históricos do que com os militares e civis positivistas.

Logo no início da República, no período de 1891 a 1894, as oligarquias proprietárias trataram de providenciar o controle político da sociedade o mais rápido possível. Dessa forma, a instituição da República representou um reordenamento de um Estado que tinha se tornado obsoleto diante da nova realidade econômica e política e do poder da classe dominante, ou seja, dos senhores do café situados no Sudeste do país, articulando um poder autoritário coronelista fortalecido com a chamada “política dos governadores”.¹¹ Tornou-se prioridade das oligarquias o revezamento do poder e a defesa de um perfil ruralístico para a sociedade brasileira, no dizer de Jorge Nagle, traçaram o “mito fisiocrata”. Na defesa da “natural” civilização agrária, o ruralismo difundia a “idéia de que a felicidade do homem brasileiro esteve e está ligada ao meio rural, fonte de energia, de saúde e pureza de costumes”.¹²

Nesse ambiente de transição para a formação da República, que se tornou autoritária e elitista no campo político-social, a situação não era diferente no campo do pensamento. Predominaram as concepções positivistas, cientificistas, materialistas estranhas a qualquer concepção espiritual e metafísica na dimensão filosófica, quem dirá na acepção teológica. Mesmo assim assistiremos a reafirmação do espírito católico.

2.2 A renovação do pensamento católico

Na eleição de Leão XIII, em 1878, a Igreja começou a estabelecer o diálogo com a modernidade, a passos lentos, porém continuados. Em 1879, foi apresentada a Encíclica *Aeterni Patris*, dando impulso ao estudo do tomismo, e, em 1888, a Encíclica *Libertas* que versava sobre a liberdade como compromisso ético que é definida como *excelente bem da*

¹⁰ Idem

¹¹ CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem - teatro de sombras*. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume Dumará, 1996.

¹² NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

natureza. Em 1891, é apresentada a Encíclica *Rerum Novarum*, que iniciava oficialmente a doutrina social da Igreja, fazendo crítica à condição desumanizadora dos trabalhadores produzida pelo sistema capitalista.¹³

Destacaram-se à frente do movimento renovador da Igreja, respondendo às novas atitudes de Leão XIII que ressoavam no Brasil, duas personalidades do clero: padre Júlio Maria (1850-1917) e D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), nascido em Espírito Santo do Pinhal, na época, uma próspera cidade do ciclo do café. Assim, “vão despertar o catolicismo brasileiro da sonolência em que vivia, nas Igrejas e nas cerimônias litúrgicas, muito por tradição e um pouco porque para aí foi acuado pelo liberalismo, e vão lançá-lo à conquista de espaços sociais para atuar”.¹⁴

Pode-se considerar que o padre Júlio Maria tenha sido um moderno, no sentido em que percebeu a necessidade de a Igreja se colocar ao lado do povo e abandonar a aliança com as classes privilegiadas. Denunciou, escreveu e polemizou sobre a ignorância e a inoperância do catolicismo brasileiro. Em termos políticos, defendeu a República e as perspectivas de liberdade que poderiam ser criadas para o catolicismo. O itinerário intelectual e cultural de Padre Júlio Maria perpassou o materialismo, para a adesão ao tradicionalismo influenciado por De Maistre, Lamennais e Donoso Cortês, configurando-se em uma posição mais liberal.¹⁵

Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra tomou posse da diocese de Olinda em 1916. Em 1921, foi transferido para o Rio de Janeiro onde se tornou líder incontestado do catolicismo declarando guerra a religião de encastelamento, arregimentando segmentos sociais e intelectuais para as causas cristãs. O primeiro grande sinal de mobilização dos católicos brasileiros foi sua *Carta Pastoral*, na qual foi traçado um plano de ação consubstanciado no pensamento do padre Júlio Maria. O núcleo do documento encontra-se na análise do “catolicismo dorminhoco”, de uma maioria insensível diante da sociedade e suas contradições, que em verdade se coloca contrária aos princípios e práticas do catolicismo. Ademais, o que existe no Brasil é simplesmente um catolicismo de uma maioria nominal sem força atuante; trata-se de católicos de clausura.¹⁶

No limiar divisor entre o conservadorismo e a renovação católica, apareceu Raimundo de Farias Brito (1863-1917), natural do Ceará. Entre suas obras destacam-se *A filosofia como atividade permanente do espírito humano* e *Finalidade do Mundo*. Farias Brito teve por projeto a restauração da antiga metafísica criticada por Kant, e empenho em reparar, também, o espiritualismo. Sua obra foi fator de aglutinação “plena e acabada, pela primeira vez na

¹³ KÜNG, H. *A Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

¹⁴ LARA, T. A. *Caminhos da razão no ocidente: a filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias*. 3º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, p.161.

¹⁵ VILLAÇA, A. C. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

¹⁶ NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2ºed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

história do pensamento nacional” dando início à “Escola Católica”. Seu pensamento preparou um grupo de jovens entre os quais se destacou Jackson de Figueiredo (1891-1928), que aderiu ao espiritualismo e depois ao catolicismo, possibilitando uma nova fase do pensamento católico brasileiro¹⁷.

É nesse clima que começou efetivamente por parte da Igreja a arregimentação dos católicos brasileiros, na formação de uma escola de pensamento que viveu seu ápice nas décadas de 1940 e 1950. Abrolhou como objetivo primeiro a cristianização da intelectualidade brasileira; com isso formou-se um grupo de intelectuais. Jackson de Figueiredo, convertido, influenciado por Farias Brito, que teve em De Maistre sua maior inspiração; agregou-se a outros indivíduos de seu grupo para defender o Cristianismo pelas instâncias da cultura.

Em 1921, Jackson de Figueiredo criou a revista *A Ordem*, da qual foi diretor. No seu primeiro artigo “nosso Programa” estavam às proposições e diretrizes desse movimento. Essa publicação exerceu papel de destaque na difusão da corrente católica no país, e pela primeira vez o tradicionalismo estava articulado na defesa do ideário católico de maneira coerente. A mobilização do movimento teve seu início no combate de idéias e ações hostis ou indiferentes à Igreja e ao pensamento religioso.

Esses pensadores partem de uma crítica que será considerada *males do século*, surgidos com a modernidade, pelas vias da Revolução Francesa, e no desencadeamento do racionalismo e do liberalismo, posteriormente ao positivismo. A superação desses males, segundo estes intelectuais, deve incidir na construção de um projeto social baseado na restauração da unidade fundamentada no princípio religioso e na tradição. Esse grupo deteve-se no aspecto político da realidade, contestando não só a cultura vigente, mas também a ordem estabelecida. O título da revista, *A Ordem*, enquanto programa de ação, era uma justificativa que denunciava, na visão desses pensadores, a desordem em que vivia a sociedade e o regime político republicano, assim acoimando “nesta República de patifes audaciosos e sensatíssimos covardões”, em que o católico ‘socialmente é tão idiota’ a ponto de ignorar ‘os rudimentos de sua doutrina’¹⁸. Essa posição revelava as primeiras manifestações mais radicalizadas dos católicos no domínio da política brasileira e que se acentuaram ao longo do tempo.

Segundo Lara, a ordem proposta por esse grupo era a neocristandade, isto é, todo espírito revolucionário é espírito anticristão, a argumentação católica, desse período, é de rejeição do poder republicano. Faltava-lhes, porém entender a realidade, já que havia por parte desses intelectuais e de seus planos de ações um grave desconhecimento dos fatores

¹⁷ PAIM, A. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. 2ªed. ver/ampl. São Paulo: Editora Convívio, 1985.

¹⁸ Idem, 84.

econômicos políticos e sociais em desenvolvimento desde a década de 1920. Esses pensadores careciam de originalidade e da independência frente ao clero, e estavam “completamente despreparados para uma convivência política pluralista, uma vez que, no seu projeto de neocristandade, é a visão católica que se impõe como norma absoluta”.¹⁹

No ano de 1922, duas outras medidas foram concretizadas pelo movimento católico. A criação do *Centro D. Vital*, que se estruturou em propósitos apostólicos com o intuito de exercer uma influência espiritual nas camadas intelectuais da sociedade brasileira, promover a catalização dessa intelectualidade, facilitando o acesso às doutrinas da Igreja e aos seus ideais, colocando-os na prática social. A segunda iniciativa foi a criação da *Confederação Católica*, uma escola de formação de líderes, que através de formação de ligas, uniões e ações serão disseminadas por todo o Brasil, nos idos das primeiras décadas do século XX. Em julho de 1923, foi organizada a *Ação Católica*, trabalho de D. Sebastião Leme para fornecer as “instruções para a organização e funcionamento das Comissões Permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro”.²⁰ As instruções retomavam a *Pastoral de 1916*, denunciando a apatia dos católicos brasileiros, a necessidade de ultrapassar a vida cristã intramuros. Outro evento importante nessa década foi o *Congresso eucarístico* de 1922. Tal evento propôs muitas teses para perturbar a apatia dos fiéis e efetivar ações práticas de mudanças, assim como foi lançada a *Carta Pastoral* do episcopado brasileiro, comemorando o centenário da independência e apontando eventos que demonstravam a participação da Igreja na formação da civilização brasileira nos diversos momentos de sua história. Com isso, a Igreja reafirmava a sua posição a respeito de muitas questões do presente.

Enfim, o que se iniciou com o padre Júlio Maria, foi intensificado pela ação de D. Sebastião Leme e com o movimento leigo que se formou, tendo como destaque Jackson de Figueiredo e a revista *A Ordem*, foi o germe de um amplo movimento cultural no catolicismo brasileiro, que evoluiu na direção da Neo-Escolástica e do Neotomismo, seguindo a orientação de Jacques Maritain. A partir da década de 1920, a Igreja Católica organizou-se efetivamente para uma atuação mais decisiva, apresentando reivindicações mais amplas no cenário sócio-cultural brasileiro e republicano, tanto nas esferas de sua legitimidade jurídico-constitucional, valendo-se de seus direitos e tradição, quanto nas esferas da educação, amálgama de difusão do ideário cristão católico.

Esse momento representou a primeira fase histórica da luta dos católicos, a partir do período republicano, com o objetivo de alterar as bases laicas e agnósticas do regime, e, como dito, de revitalizar o catolicismo brasileiro. Jackson de Figueiredo morreu em 1928, Alceu de

¹⁹ LARA, T. A. Caminhos da razão no ocidente: a filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias. 3º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, p.164.

²⁰ NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2ºed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

Amoroso Lima (Tristão de Athayde) recém-convertido substituiu-o no laicato católico. Tanto o Centro D. Vital, como a revista a *Ordem* sofreram modificações qualitativas na sua orientação. Segundo Tristão de Athayde, o projeto visava prosseguir na melhor maneira possível na obra de construção de uma cultura católica superior, apontava para uma cultura geral, para o desenvolvimento da inteligência e para a necessidade de conquistar a juventude, em especial a universitária. Nesse contexto, foi criada a *Ação Universitária Católica do Rio de Janeiro* que tinha como objetivos da ação: “a) completar a instrução e a educação religiosa dos seus membros; b) preparar católicos militantes na vida particular como na vida pública; c) coordenar as forças vivas da mocidade brasileira, a fim de ser restaurada a ordem social cristã no Brasil” (cf. Estatutos da Ação Universitária Católica do Rio de Janeiro).

Estes foram os acontecimentos mais importantes que interessam ao histórico do desenvolvimento do pensamento católico e sua atuação na sociedade brasileira no percurso de transição do século XIX para o século XX. O que chama a atenção é a continuidade da doutrinação de determinados aspectos do pensamento católico coerentes com a atuação da Igreja nas suas dimensões universais e teológicas e com o seu propósito de penetração espiritual e formação das consciências. Os documentos pontifícios sumariam a posição da Igreja diante das múltiplas questões humanas: a sociedade civil, a relação entre o governo dos homens e a direção espiritual da Igreja. Tais documentos procuram lembrar os ensinamentos da doutrina cristã e a posição dos católicos frente ao mundo moderno.

Os documentos papais não foram as únicas fontes de referência para a educação dos fiéis colocados em prática pela ação do Padre Júlio Maria e D. Sebastião Leme, nesse processo coube também a importância dos periódicos como a revista *A Ordem*, que não só divulgava os documentos da doutrina romana, mas também transmitia o pensamento de autores católicos como Maistre, Bonald, Veuillor, Maurras. Além dessa afirmação doutrinária, procurava-se construir uma cultura superior católica como defendia Alceu Amoroso Lima, e combater outras correntes de pensamento, como o positivismo, a maçonaria, o espiritismo, revelando o lado conservador, e às vezes até intolerante em relação a outras vertentes, principalmente no caso de questões religiosas e espirituais.

É incontestável que a Igreja se revitalizou quando comparada a sua situação de submissão e clausura das épocas do regalismo. Começou a ter voz, influenciou e criou lideranças, tirou fiéis da letargia, fundou efetivamente movimentos de ação social, mesmo que fosse com determinado conservadorismo ou desacertos de alguns de seus acólitos, principalmente no campo político. Portanto, um desafio que a Igreja teve que enfrentar foi o aparecimento de grupos de intelectuais e educadores que se envolveram nas questões educacionais. A

ingerência e a crítica desses intelectuais, pela primeira vez na história da educação brasileira, afetavam de fato a preponderância histórica da Igreja no espaço escolar.

Na década de 1920, houve uma efervescência cultural que foi denominada por Jorge Nagle de “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”. Surgiram os educadores da *Escola Nova*, Foi um momento, em que intelectuais e educadores produziram reflexões abundantes sobre a educação, e que indicava a escolarização como caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro. Atuaram em projetos pedagógicos com o propósito de remodelar o ensino brasileiro, provocando freqüentes reformas em vários estados com o objetivo de democratizar a cultura pela ampliação dos quadros escolares.

Nesse contexto, os escolanovistas introduziram o pensamento liberal democrático, defendendo a escola pública para todos com o objetivo de alcançar uma sociedade igualitária e sem privilégios de classe. Combatiam o modelo de escola elitista e acadêmica tradicional que se achava historicamente sob o monopólio da Igreja, e defendiam a laicidade e a coeducação. Esse fato provocou a reação de católicos conservadores, pois, para eles apenas a educação baseada em preceitos cristãos seria autêntica, por esse motivo começaram a combater as pedagogias liberais.

É mister entender esse conflito. Em relação à educação, a Igreja sempre teve certa preponderância e certo prestígio na sociedade brasileira diante de suas ações e seus projetos pedagógicos, independentemente de seu conservadorismo, e, em geral, nunca tinha sido questionada pela sociedade, até meados do século XX. É simplismo pensar que a questão era de caráter econômico, a coisa é bem mais profunda, pois, ali no espaço escolar ela não só educava no sentido formal da acepção laica, mas ao mesmo tempo construía, disseminava e conservava a cultura católica respondendo a ação missionária e histórica da Igreja. A partir daí, historicamente as escolas católicas sofrerão a concorrência na conquista das consciências com o aparecimento das escolas públicas e no futuro as escolas privadas.

Portanto, é importante ressaltar que a ingerência da Igreja sempre se fez presente, mesmo com a perda de sua hegemonia a partir dos anos de 1920, no âmbito das questões educacionais na sociedade brasileira. Querendo ou não, essas intervenções na sociedade e na educação são de direito, independente de tomarem posições conservadoras, reformistas ou revolucionárias, pois há de se admitir que até o momento a cultura luso-brasileira, a mentalidade e o imaginário estão plasmados de cristandade católica moldando essa civilização, mesmo com todos os seus contratemplos. Não se deve esquecer que a Igreja é uma representação terrena das dimensões teológicas metafísicas que são supra-terrenas, espirituais, cuja missão é preservar a vida, a dignidade humana, e problematizar e denunciar qualquer forma de injustiça.